

. E . d . i . t . o . r . i . a . l .**A (des) Valorização da Educação na contemporaneidade**

La (de) Valoración de la Educación en la Contemporaneidad

The (de) Valuation of Education in Contemporaneity

Cristiane Davina Redin FreitasORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1288-2712>

Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul

Silvia Virginia Coutinho AreosaORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7308-0724>

Editora-chefe da Universidade de Santa Cruz do Sul

Iniciar um novo ano letivo é reforçar as esperanças em um mundo que pode ser transformado, esse é o primeiro número da PSI UNISC agora como periódico associado ao novo Mestrado em Psicologia da UNISC. Este periódico configura-se assim como o programa de pós-graduação em um espaço de trocas, de produção do conhecimento, de publicização de novas práticas profissionais e de novas abordagens teórico-metodológicas dentro do universo Psi. O curso de mestrado profissional, com abordagem interdisciplinar, reúne alunos com diferentes formações de nível superior e visa à articulação de práticas clínicas e sociais, políticas públicas, organizações e cultura com foco na saúde mental. O programa busca investigar, projetar e desenvolver práticas no âmbito da prevenção, promoção e intervenção em saúde mental e suas interfaces com o campo social, político e institucional.

Desse modo, a revista que está integrada ao curso de mestrado, que tem como sua área de concentração a “Saúde Mental e Práticas Sociais” faz a interface com vários campos de atuação, onde não só o Psicólogo, mas outros profissionais das áreas da Educação, Ciências Humanas, Saúde e Assistência Social tem muito a contribuir.

Nesse sentido, lembramos do Plano Nacional da Educação [PNE] 2014-2024 (Brasil, 2014) que nasce com o intuito de garantir o direito à educação com qualidade, somada a universalização e ampliação das oportunidades educacionais. O referido plano ainda prevê que através da maior acessibilidade da educação, sejam reduzidas as desigualdades e haja uma valorização da diversidade, sendo esses fatores os condutores da equidade. Percebe-se no Plano, uma ênfase na educação básica com vistas atender à necessidade social da democracia, que somente pode se concretizar a medida que o conhecimento e a informação estejam disponíveis aos cidadãos e estes puderem ser ativos no exercício de sua cidadania (Sudbrack, Santos, & Nogaro, 2018).

Acreditava-se que a proposta do PNE pudesse alavancar a educação brasileira, pois ela propunha um ensino de qualidade, integração com as universidades e a formação contínua de professores. A expectativa em relação a essa transformação da educação trazia a esperança, longamente almejada, de um olhar mais acurado para a área. Contudo, o atual cenário traz um certo retrocesso à discussão devido a influência, segundo Sudbrack, Santos e Nogaro (2018), de grupos

econômicos junto a setores e instâncias do Governo Federal e do Conselho Nacional de Educação. Assim, o que passa a ser prioritário nesse âmbito é a quantia de investimentos financeiros destinados à serviços públicos, nos quais a educação está inserida. A qualidade da educação priorizada no PNE (Brasil, 2014) e pensada enquanto processo de mudança no país, fica à margem da responsabilidade econômica que o governo dispõe para a mesma. Isso significa que a discussão sobre a importância/valor da educação, novamente estará colocada como fator secundário no palco das disputas políticas e econômicas que assumem lugar prioritário, fazendo com que as relações democráticas se tornem cada vez mais improváveis.

À vista dessas questões, coloca-se outro fator importante que se refere aos parâmetros utilizados atualmente para avaliar a educação. Trata-se das medições dos resultados quantitativos, obtidos das instituições educacionais. Por exemplo: quantos alunos a escola possui, quantos passaram para o próximo período, quantos atingiram a nota máxima etc. Esses indicadores de “qualidade” têm por trás a desculpa da globalização, pois muitos países adequam suas políticas educacionais aos resultados dessas medições e, no Brasil, isso não se faz diferente. A tendência é que o país, ao ter que dar respostas de âmbito internacional, propõe mudanças nas políticas de educação que correspondam aos “padrões” globais. E como bem nos lembra Biesta (2018) “É precisamente dessa maneira que esses sistemas contribuem para a contínua normalização, harmonização e unificação da ‘esfera educativa’.” (p.818).

Esses aspectos mascaram o real intuito dessas medições. Ocorre que, nesses moldes, a comunidade escolar e/ou acadêmica não participa das decisões, assumindo lugar de consumidores. Essas pessoas são regidas pelo *script* de poucos gestores que estão mais interessados na questão econômica do que em uma educação de qualidade. Pensa-se inicialmente que há um interesse em responder as demandas de pais e alunos, mas na verdade o que se tem é uma justificativa de metas alcançadas aos reguladores do sistema, travestida pelo viés da qualidade da educação.

A grande questão envolvida aqui não é o fato de medir e sim, o que medir e como medir? O compromisso com a educação requer um enfoque multidimensional ou, ao menos, que considere uma diversidade de fatores em questão, que leve em conta as diferenças e subjetividades das pessoas envolvidas e dos contextos regionais onde estas instituições de ensino estão inseridas. É muito complexo estabelecer parâmetros para definir o que é educativamente eficaz ou desejável e, certamente, as medidas que envolvem um enfoque “competitivo” no qual se premia as escolas pelos altos escores obtidos em exames, por exemplo, retira da comunidade escolar a possibilidade de diálogo sobre qual a educação que queremos.

Cabe salientar que as mensurações da educação que buscam uniformizar os processos de ensino, deixam de lado as relações estabelecidas entre os envolvidos. Porém, o objetivo da educação também é promover o diálogo, o respeito e o encontro com o outro. De acordo com Habowski, Conte e Pugens (2018):

A formação educativa amplia a visão de mundo e humaniza as relações, cujo enfoque é pensar as inter-relações, as experiências, as singularidades, as imperfeições e os inacabamentos, esclarecendo posições dogmáticas e compartilhando o respeito e o reconhecimento humanos. Contribui, ainda, para uma formação integral do educando para deixar o outro ser outro, para uma cultura mais respeitosa e sem preconceitos, formando cidadãos que reconhecem e tornam compreensíveis seus atos. (p. 179).

Desse modo, é a partir do encontro e reconhecimento do outro que se abrem as possibilidades de novas aprendizagens e visões de mundo. Esses fatores são fundamentais quando se pensa na

qualidade da educação e dificilmente conseguem ser medidos, pois envolvem as relações interpessoais e a afetividade entre as pessoas. Infelizmente, a sociedade contemporânea vive uma crise profunda nesse sentido, pois se caracteriza pela não aceitação das diferenças e pela qualidade do ensino pautadas pelos maiores escores e primeiros lugares. Esses fenômenos (dos quais não está excluído o âmbito acadêmico) precisam ser consideravelmente repensados se quisermos uma educação mais democrática que não perpetue as exclusões, preconceitos e desigualdades. Conforme Habowski et al. (2018) as instituições educacionais são espaços de alteridade, onde se aprende mutuamente e onde se constroem e reconstroem identidades e a própria alteridade.

Assim, se quisermos pensar na valorização da educação, precisamos pensar coletivamente em estratégias de mobilização das esferas econômicas globais que insistem em individualizar esse processo e torna-lo excludente. A educação de qualidade que queremos é a que promove relações mais humanas, equitativas e democráticas. Destarte, convidamos os leitores a pensarem os processos educativos e as práticas sociais presentes nestes processos a partir das leituras dos artigos deste n.1 de 2020 da revista PSI UNISC na interface entre a Psicologia e os processos clínicos e sociais do nosso cotidiano do norte ao sul do país.

Desejamos a todo(a)s uma ótima leitura.

As editoras

Referências

- Biesta, G. (2018). Medir o que valorizamos ou valorizar o que medimos? Globalização, responsabilidade e a noção de propósito da educação. *Revista Educação Especial*, 31(63), 815-832. doi: [10.5902/1984686X33482](https://doi.org/10.5902/1984686X33482)
- Brasil. (2014). *Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara. Recuperado de <http://www.proec.ufpr.br/download/extensao/2016/creditacao/PNE%202014-2024.pdf>
- Habowski, A. C., Conte, E. & Pugens, N. B. (2018). A perspectiva da alteridade na educação. *CONJECTURA: filosofia e educação*, 23(1), 179-197. Recuperado de <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/5541>
- Sudbrack, E., Santos, C., & Nogaro, A. (2018). n. 4 - Profissionalidade Docente No Breve PNE: Formação E Valorização. *Jornal de Políticas Educacionais*, 12. doi: [10.5380/jpe.v12i0.56378](https://doi.org/10.5380/jpe.v12i0.56378)